

## SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	31
<b>Capítulo I — Preliminares</b> .....	33
11. Introdução .....	33
12. Terminologia .....	38
13. Características .....	39
13.1. Título .....	40
13.2. Generalidade .....	40
13.3. Ideia-síntese .....	41
13.4. Aplicabilidade .....	41
13.5. Vitaliciedade .....	41
13.6. Individualidade .....	42
13.7. Supletividade .....	43
13.8. Juridicidade .....	43
13.9. Limites .....	43
13.10. Confronto de limites .....	44
14. Fundamento e importância .....	44
15. Aplicação e papel .....	46
16. Funções .....	50
17. Classificação .....	51
18. Doutrina brasileira .....	52
18.1. Albino Pereira da Rosa .....	52
18.2. Armando de Oliveira Assis .....	53
18.3. <i>Fides Angélica Ommati</i> .....	54

18.4. José dos Reis Feijó Coimbra .....	55
18.5. Marly Antonieta Cardone .....	55
18.6. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira .....	56
18.7. Mozart Victor Russomano .....	56
18.8. Octavio Bueno Magano .....	59
18.9. Tupinambá M. Castro do Nascimento .....	59
18.10. Sérgio Pinto Martins .....	61
19. Doutrina estrangeira .....	62
19.1. Augusto Venturi .....	62
19.2. Carlos Martí Bufill .....	63
19.3. Carmelo Mesa-Lago .....	63
19.4. Javier Hünicken .....	64
19.5. José Manuel Almansa Pastor .....	64
19.6. Germán Prieto Escudero .....	65
19.7. Mário L. Deveali .....	67
19.8. Patricio Novoa Fuenzalida .....	68
19.9. Princípios do VI Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social .....	69
19.10. Princípios do Mercosul .....	71
20. Conceito .....	72
<b>Capítulo II — Princípio Fundamental: Solidariedade Social .....</b>	<b>74</b>
21. Introdução .....	74
22. Significado .....	74
23. Origem .....	75
24. Limites .....	76
25. Tipos .....	77
26. Classificação .....	78
27. Aplicação .....	79
28. Funções .....	80

29. Fundamentos .....	80
29.1. Noções de proteção pessoal .....	80
29.2. Noções de proteção familiar .....	80
29.3. Noções de assistência pública .....	81
29.4. Noções de assistência religiosa .....	82
29.5. Noções de seguro privado .....	82
29.6. Noções de mutualismo .....	82
29.7. Noções de Seguro Social .....	83
29.8. Noções de assistência social .....	85
29.9. Noções de ações de saúde .....	86
29.10. Noções de seguridade social .....	87
30. Conceito .....	88
<b>Capítulo III — Princípio Dignidade .....</b>	<b>89</b>
31. Introdução .....	89
32. Postulado fundamental .....	89
33. Seguridade Social .....	90
34. Aplicação previdenciária .....	90
35. Interpretação do princípio .....	92
36. Transparência administrativa .....	92
37. Acesso à justiça .....	92
38. União homoafetiva .....	92
39. Estatuto do idoso .....	93
40. Direito adquirido .....	93
<b>Capítulo IV — Princípio do Equilíbrio Econômico .....</b>	<b>94</b>
41. Introdução da matéria .....	95
42. Conceito mínimo .....	95
43. Significado lógico .....	96
44. Causa e surgimento .....	97

45. Classificação didática .....	98
46. Natureza e substância .....	98
47. Alcance e abrangência .....	98
48. Objetivo técnico .....	99
49. Consequências jurídicas .....	99
50. Aplicação prática .....	99
<b>Capítulo V — Princípios Básicos .....</b>	<b>101</b>
51. Introdução .....	101
52. Princípio da proteção .....	102
53. Princípio da obrigatoriedade .....	104
54. Princípio da facultatividade .....	107
55. Princípio da universalidade .....	108
56. Princípio da continuidade .....	109
56.1. Continuidade da filiação .....	110
56.2. Continuidade da contribuição .....	111
56.3. Continuidade da prestação .....	111
57. Princípio da essencialidade .....	113
58. Princípio da unidade .....	115
59. Princípio da supletividade .....	116
60. Princípio das desigualdades sociais .....	117
<b>Capítulo VI — Princípios Técnicos .....</b>	<b>119</b>
61. Introdução .....	119
62. Princípios de filiação .....	119
62.1. Automaticidade da filiação .....	120
62.2. Unicidade da filiação .....	123
62.3. Caducidade dos direitos da qualidade de segurado .....	126
62.4. Extinção da filiação .....	129
63. Princípios da inscrição .....	130

64. Princípios do custeio .....	131
64.1. Capacidade contributiva .....	132
64.2. Obrigatoriedade da contribuição .....	133
64.2.1 Contribuição mínima .....	134
64.3. Boa-fé do contribuinte .....	135
64.4. Solidariedade fiscal .....	136
64.5. Responsabilidade pessoal .....	139
64.6. Autonomia da vontade no salário-base .....	140
64.7. Precedência do custeio .....	142
64.8. Trimestralidade nonagesimal .....	144
64.9. Equidade no custeio .....	145
64.10. Diversidade do financiamento .....	146
65. Princípios das prestações .....	146
65.1. Automaticidade da prestação .....	147
65.2. Proteção ao benefício .....	148
65.2.1. Definitividade da mensalidades .....	149
65.2.2. Continuidade dos pagamentos .....	150
65.2.3. Irrenunciabilidade do direito .....	151
65.2.4. Indisponibilidade da pensão por morte .....	152
65.2.5. Intransferibilidade da titularidade .....	152
65.2.6. Inalienabilidade .....	153
65.2.7. Impenhorabilidade .....	153
65.2.8. Reajustamento do valor .....	153
65.2.9. Desnecessidade do afastamento do trabalho .....	155
65.2.10. Montante mínimo .....	156
65.3. Autonomia da vontade .....	157
65.4. Correlatividade da prestação em relação à contribuição .....	159
65.5. Independência da situação do beneficiário .....	161
65.5.1. Aeticidade na legislação acidentária .....	163

65.6. Imprescritibilidade do direito .....	164
65.7. Unicidade .....	167
65.8. Irredutibilidade do valor .....	168
65.9. Seletividade .....	169
65.10. Distributividade .....	169
66. Princípios gerais de direito .....	170
67. Princípios diversos .....	172
67.1. Conhecimento da lei .....	173
67.2. Individualidade .....	174
67.3. Territorialidade .....	175
68. Princípio da subsidiaridade da legislação .....	176
69. Princípio das desigualdades .....	177
70. Princípio da equivalência urbano-rural .....	178
<b>Capítulo VII — Princípios de Previdência Complementar .....</b>	<b>181</b>
71. Princípio da facultatividade .....	182
72. Princípio da subsidiaridade da prestação .....	183
73. Princípio da complementaridade do benefício .....	183
74. Princípio da universalidade .....	183
75. Princípio da solidariedade dos participantes .....	184
76. Princípio da irredutibilidade da complementação .....	184
77. Princípio da independência das <b>peças jurídicas</b> .....	184
78. Princípio da gestão colegiada .....	185
79. Princípio da submissão ao direito privado .....	185
80. Princípio da transparência .....	186
<b>Capítulo VIII — Princípios Administrativos .....</b>	<b>188</b>
81. Introdução .....	188
82. Princípio da legalidade administrativa .....	189
83. Princípio da moralidade administrativa .....	190

84. Princípio da finalidade administrativa .....	190
85. Princípio da imediatidade administrativa .....	192
86. Princípio da capacidade administrativa .....	192
87. Princípio da publicidade administrativa .....	193
88. Princípio da racionalidade administrativa .....	194
89. Princípio da gestão democrática .....	195
90. Princípios gerais do serviço público .....	195
<b>Capítulo IX — Princípios Assistenciários .....</b>	<b>197</b>
91. Introdução .....	197
92. Princípio da necessidade .....	200
93. Princípio da incapacidade contributiva .....	201
94. Princípio da disponibilidade de recursos .....	202
95. Princípio da desproporção entre necessidade e proteção .....	203
96. Princípio do custeio indireto .....	203
97. Princípio da facultatividade .....	204
98. Princípio do informalismo procedimental .....	205
99. Princípio da igualdade dos beneficiários .....	205
100. Princípio do direito às prestações assistenciárias .....	206
<b>Capítulo X — Princípios das Ações de Saúde .....</b>	<b>207</b>
101. Princípio do acesso aos serviços de saúde .....	208
102. Princípio da integralidade da prestação .....	209
103. Princípio da autonomia da pessoa .....	209
104. Princípio da igualdade no atendimento .....	209
105. Princípio do direito à informação .....	210
106. Princípio do uso da epidemiologia .....	211
107. Princípio da participação da comunidade .....	211
108. Princípio da descentralização administrativa .....	211
109. Princípio da interação de outras políticas .....	212
110. Princípio da conjugação dos entes políticos .....	212

<b>Capítulo XI — Princípios da Infortunistica</b> .....	213
111. Introdução .....	213
112. Princípio da obrigatoriedade do SAT .....	215
113. Princípio do monopólio estatal .....	216
114. Princípio da competência da Justiça Comum .....	217
115. Princípio da subsidiariedade da legislação previdenciária .....	218
116. Princípio do acesso ao Poder Judiciário .....	219
117. Princípio da correspondência entre dano e indenização .....	219
118. Princípio do nexo causal entre labor e acidente .....	220
119. Princípio da celeridade do processo .....	221
120. Princípios do processo acidentário .....	221
<b>Capítulo XII — Princípios da Internacionalização</b> .....	223
121. Introdução .....	223
122. Princípio da solidariedade internacional .....	224
123. Princípio da reciprocidade .....	225
124. Princípio da igualdade de tratamento .....	226
125. Princípio da conservação dos benefícios em vias de aquisição .....	227
126. Princípio da preservação dos direitos adquiridos .....	227
127. Princípio do pagamento das prestações no exterior .....	228
128. Princípio da equivalência dos gestores .....	229
129. Princípio da livre circulação dos trabalhadores .....	229
130. Princípio da adaptação das legislações nacionais .....	230
<b>Capítulo XIII — Princípios Constitucionais</b> .....	231
131. Introdução .....	231
132. Princípio da liberdade .....	232
133. Princípio da igualdade .....	233
134. Princípio da legalidade .....	236
135. Princípio da competência .....	238



136. Princípio do solidarismo social .....	239
137. Princípio da divisão do financiamento .....	240
138. Princípio da relação entre custeio e prestações .....	242
139. Princípio da integração econômica da América Latina .....	243
140. Princípio do direito adquirido .....	244
<b>Capítulo XIV — Princípios de Outras Ciências Jurídicas .....</b>	<b>249</b>
141. Introdução .....	249
142. Princípios de Direito Social .....	249
143. Princípios de Direito Público e Privado .....	250
144. Princípios de Direito Sindical .....	252
145. Princípios de Direito Agrário .....	252
146. Princípios de Direito Tributário .....	254
147. Princípios de Direito do Trabalho .....	257
147.1. Proteção trabalhista .....	257
147.2. Irrenunciabilidade dos direitos .....	257
147.3. Continuidade da relação laboral .....	257
147.4. Primazia da realidade .....	258
147.5. Razoabilidade .....	259
147.6. Boa-fé .....	259
148. Princípios de Direito Processual .....	259
148.1. Princípio da economia processual .....	261
148.2. Princípio do contraditório .....	261
149. Princípios de Direito Penal .....	262
150. Princípios de Direito Internacional .....	263
<b>Capítulo XV — Princípios de Direito Procedimental .....</b>	<b>264</b>
151. Introdução .....	264
152. Princípio da iniciativa administrativa .....	265
153. Princípio da simplicidade .....	266

154. Princípio da gratuidade .....	267
155. Princípio da celeridade .....	268
156. Princípio da supletividade do CPC .....	269
157. Princípio da <i>reformatio in pejus</i> .....	270
158. Princípio da dependência da ação judiciária .....	271
159. Princípio do recurso obrigatório .....	272
160. Princípios do processo administrativo .....	272
<b>Capítulo XVI — Princípios Interpretativos .....</b>	<b>275</b>
161. Introdução .....	275
162. Princípio do <i>in dubio pro misero</i> .....	276
163. Princípio do <i>in dubio pro societate</i> .....	285
164. Princípio da norma mais favorável .....	288
165. Princípio da irretroatividade da lei .....	292
166. Princípio da interpretação extensiva .....	294
167. Princípio da interpretação restritiva .....	295
168. Princípio do sentido social da lei .....	296
169. Princípio da equidade .....	297
170. Princípio da retroeficácia benéfica .....	298
<b>Capítulo XVII — Outros Institutos Jurídicos .....</b>	<b>299</b>
171. Introdução .....	299
172. Regras técnicas .....	300
172.1. Antecipação da contribuição .....	300
172.2. Correlação entre salário de contribuição e salário de benefício .....	302
172.3. Comunicabilidade dos regimes .....	302
172.4. Manifestação da vontade .....	303
172.5. Ingresso do incapaz .....	304
172.6. Impressão digital .....	304
172.7. Obrigatoriedade dos exames médicos .....	305

172.8. Automaticidade de transformação dos benefícios .....	305
172.9. Inacumulabilidade das prestações .....	305
172.10. Verificação das procurações .....	307
173. Técnicas consagradas .....	307
173.1. Manutenção da qualidade de segurado .....	308
173.2. Período de carência .....	308
173.3. Pluriatividade no custeio .....	310
173.4. Cálculo da pluriatividade nas prestações .....	310
173.5. Rateio da pensão .....	311
173.6. Concorrência entre dependentes .....	312
173.7. Cálculo da renda inicial .....	313
173.8. Justificação administrativa .....	315
173.9. Aferição na construção civil .....	315
173.10. Transformação dos benefícios .....	316
174. Presunções válidas .....	316
174.1. Presunção do trabalho .....	317
174.2. Presunção da morte .....	318
174.3. Presunção do trabalho do sócio-gerente .....	318
174.4. Presunção da dependência econômica .....	319
174.5. Presunção do desconto e do recolhimento .....	320
174.6. Presunção da designação .....	321
174.7. Presunção do salário-base .....	321
174.8. Presunção da pensão alimentícia .....	322
174.9. Presunção da incapacidade .....	322
174.10. Presunção da inscrição .....	323
175. Máximas .....	323
175.1. <i>Acessorium sequitur suum principale</i> .....	324
175.2. <i>In eo quod plus est semper inest et minus</i> .....	325
175.3. <i>Dormientibus non succurrit jus</i> .....	325
175.4. <i>Affirmanti incumbit probatio</i> .....	326

175.5. <i>Error calculi non facit jus</i> .....	327
175.6. <i>In claris cessat interpretatio</i> .....	328
175.7. <i>Ubi lex non distinguit nec interpres distinguere debet</i> .....	328
175.8. <i>Nihil innovare appellatione interposta</i> .....	329
175.9. <i>Cum lex praeteritum quid indulget, in futurum vetat</i> .....	330
175.10. <i>Dies a quo non computatur</i> .....	330
176. Natureza da prestação .....	331
176.1. Substituidora dos ingressos .....	332
176.2. Reparadora dos riscos sociais .....	333
176.3. Direito exigível .....	333
176.4. Mantenedora do <i>status</i> social .....	334
176.5. Libertadora e valorizadora do homem .....	334
176.6. Caráter alimentar .....	334
176.7. Distribuidora de renda .....	335
176.8. Incentivadora do consumo .....	335
176.9. <i>Intuitu personae</i> .....	336
176.10. Natureza pecuniária .....	336
177. Razões previdenciárias .....	337
178. Tendências .....	339
178.1. Tributação dos recursos .....	341
178.2. Não prevalência da contribuição e relevância do fato .....	343
178.3. Universalização dos regimes e dos beneficiários .....	344
178.4. Novas medidas do fato gerador .....	345
178.5. Alargamento do salário de contribuição .....	346
178.6. Revisão do Plano de Benefícios .....	348
178.7. Internacionalização do seguro social .....	350
178.8. Integração do SAT .....	350
178.9. Indispensabilidade da assistência médica .....	351
178.10. Desestatização da técnica protetiva .....	351
179. Especificidade da Previdência Social .....	352
180. Direito Previdenciário e previdência social .....	354

<b>Capítulo XVIII — Distinções Teóricas</b> .....	355
181. Técnicas de proteção social .....	355
181.1. Seguro e seguridade social .....	356
181.2. Previdência e assistência social .....	356
181.3. Seguro mútuo e privado .....	357
181.4. Técnicas sociais e pessoais .....	357
181.5. Universalidade horizontal e vertical .....	357
181.6. Previdência estatal e particular .....	358
181.7. Estatização e privatização .....	360
181.8. Sistema e regime .....	360
181.9. Regime geral e especial .....	361
181.10. Assistência total e seguridade social .....	361
182. Direito em geral .....	362
182.1. Expectativa de direito e direito adquirido .....	363
182.2. Situação de fato e de direito .....	364
182.3. Vigência e eficácia .....	365
182.4. Efeito <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i> .....	366
182.5. Princípio e norma dispositiva .....	366
182.6. Lei ordinária e lei delegada .....	367
182.7. Lei geral e especial .....	367
182.8. Direito substantivo e adjetivo .....	368
182.9. Direito subjetivo e potestativo .....	369
182.10. Restauração e efeito ripristinatório .....	369
183. Distinções lógicas .....	370
183.1. Atividade econômica e lucrativa .....	371
183.2. Capacidade física e jurídica .....	371
183.3. Principal e acessório .....	372
183.4. Aposentação e aposentadoria .....	373
183.5. Uso e costume .....	374
183.6. Essência real e natureza jurídica .....	374

183.7. Aumento e reajustamento .....	375
183.8. Obrigação e dever .....	376
183.9. Aposentação e desaposentação .....	376
183.10. Produção e produtividade .....	377
184. Sujeitos da obrigação fiscal .....	377
184.1. Empresa e estabelecimento .....	378
184.2. Empresa controladora e coligada .....	379
184.3. Empresa de direito e de fato .....	379
184.4. Atividade-meio e atividade-fim .....	380
184.5. Fornecedor e tomador de mão de obra .....	381
184.6. Preponderância ou não de segurados .....	381
184.7. Prédio rústico e edifício .....	382
184.8. Condomínio vertical e horizontal .....	382
184.9. Missão diplomática e escritório estrangeiro .....	383
184.10. Ordem ou congregação .....	383
185. Direito do Trabalho .....	384
185.1. Contrato de trabalho e de emprego .....	385
185.2. Contrato de experiência e de aprendizagem .....	385
185.3. Trabalho sazonal e intermitente .....	386
185.4. Contrato tácito e expresso .....	386
185.5. Local de trabalho e canteiro de obras .....	387
185.6. Subordinação e independência .....	388
185.7. Foro do contrato e local do serviço .....	388
185.8. Convenção e acordo coletivo .....	389
185.9. Contrato de temporário e de avulso .....	390
185.10. Prestações empresariais e previdenciárias .....	391
186. Relação de previdência social .....	392
186.1. Filiação e inscrição .....	392
186.2. Segurado e dependente .....	393
186.3. Segurados obrigatórios e facultativos .....	394

186.4. Base material e automaticidade da filiação .....	395
186.5. Inscrição e designação .....	395
186.6. Inscrição prévia e <i>post-mortem</i> .....	396
186.7. Vinculação e matrícula .....	396
186.8. Qualidade de segurado .....	397
186.9. Início de atividade e da relação .....	397
186.10. Regularidade do exercício profissional .....	398
187. Direito Previdenciário Procedimental .....	398
187.1. Impugnação e recurso voluntário .....	399
187.2. Depósito recursal .....	400
187.3. Recurso voluntário e obrigatório .....	400
187.4. Procedência e subsistência .....	401
187.5. Juízo de admissibilidade e de mérito .....	402
187.6. Efeito devolutivo e suspensivo .....	403
187.7. Recurso escrito e sustentação oral .....	403
187.8. Revisão de Ofício e Pedido de Uniformização .....	404
187.9. Distribuição por identidade ou conexão .....	404
187.10. Coisa julgada judicial e administrativa .....	404
188. Direito fiscal .....	405
188.1. Tributo e contribuição .....	405
188.2. Multa automática e fiscal .....	406
188.3. Auto de Infração e Notificação Fiscal .....	407
188.4. Fato gerador e base de cálculo .....	408
188.5. Pessoa física e jurídica .....	408
188.6. Pagamento e depósito .....	409
188.7. Obrigação original e corresponsabilidade .....	410
188.8. Obrigações principais e acessórias .....	410
188.9. Anistia e isenção .....	411
188.10. Imunidade e não incidência .....	411

189. Previdência supletiva .....	412
189.1. Previdência aberta e fechada .....	413
189.2. Patrocínio único ou plúrimo .....	415
189.3. Suplementação e complementação .....	415
189.4. Patrocinadora e patrocinada .....	416
189.5. Regime de capitalização e de repartição .....	416
189.6. Contribuição única e compartilhada .....	418
189.7. Contribuição ou benefício definido .....	418
189.8. Rendas e pecúlios .....	419
189.9. Institutos técnicos .....	420
189.10. Intervenção e liquidação .....	427
190. Órgãos públicos .....	427
190.1. Administração direta e indireta .....	428
190.2. Soberania e autonomia .....	429
190.3. Prefeitura Municipal e Câmara Municipal .....	430
190.4. Autuação de órgão público .....	431
190.5. Interdição e intervenção .....	431
190.6. Empresa pública e sociedade de economia mista .....	433
190.7. Regime próprio e regime geral .....	434
190.8. Contagem recíproca .....	434
190.9. Regime celetista e estatutário .....	435
190.10. Eventuais e temporários .....	435
<b>Capítulo XIX — Questões Práticas .....</b>	<b>436</b>
191. Fato gerador .....	436
191.1. Descontável e descontado .....	436
191.2. Bruto ou líquido .....	438
191.3. Pagamento ou crédito .....	438
191.4. Regularidade e inadimplência .....	439
191.5. Autolancamento e lançamento por declaração .....	439



191.6. Contribuinte coletivo e individual .....	440
191.7. Aferição direta e indireta .....	441
191.8. Concomitância e simultaneidade .....	442
191.9. Pagamento com e sem exame de mérito .....	443
191.10. Ocorrência ou aperfeiçoamento .....	443
192. Aspectos gerais da contribuição .....	444
192.1. Base de cálculo e salário de contribuição .....	445
192.2. Contribuição mínima e máxima .....	445
192.3. Aporte mensal e anual .....	446
192.4. Mês de competência e de pagamento .....	446
192.5. Mês exigível e não exigível .....	447
192.6. Restituição e devolução .....	447
192.7. Parcelamento de direito e de fato .....	448
192.8. Pagamento em dinheiro e dação em pagamento .....	449
192.9. Momento do aperfeiçoamento do fato gerador .....	449
192.10. Decadência e prescrição .....	450
193. Benefícios .....	451
193.1. Pagamento único e continuado .....	451
193.2. Vontade do segurado .....	452
193.3. Natureza da causa determinante .....	452
193.4. Salário de benefício e renda mensal inicial .....	453
193.5. Carência e período básico de cálculo .....	454
193.6. Duração das mensalidades .....	455
193.7. Aposentadoria proporcional e integral .....	456
193.8. Substituidores e reparadores .....	457
193.9. Risco programado ou imprevisível .....	458
193.10. Tempo de serviço e de contribuição .....	458
194. Servidor civil .....	459
194.1. Servidor ou funcionário .....	459
194.2. Provimento e investidura .....	460

194.3. Posse e exercício .....	460
194.4. Cargo e emprego .....	461
194.5. Interinidade e estabilidade .....	461
194.6. Vencimento e remuneração .....	462
194.7. Requisição com ou sem ônus .....	462
194.8. Disponibilidade e aposentadoria .....	463
194.9. Demissão e exoneração .....	464
194.10. Proventos do aposentado e retribuição do ativo .....	464
195. Construção civil .....	465
195.1. Conceito mínimo .....	465
195.2. Tipos de serviços .....	466
195.3. Proprietário e dono da obra .....	467
195.4. Principal e edícula .....	468
195.5. Responsabilidade direta e solidariedade .....	468
195.6. Folha de pagamento ou área construída .....	469
195.7. Custo total e da mão de obra .....	470
195.8. Retenção e ação regressiva .....	470
195.9. Apresentação deficiente, não apresentação e sonegação de documentos .....	471
195.10. Mutirão e ausência de mão de obra .....	471
196. Disposições penais .....	472
196.1. Obrigações principais e acessórias .....	473
196.2. Ato comissivo e omissivo .....	473
196.3. Circunstâncias agravantes e atenuantes da multa .....	474
196.4. Tentativa e consumação .....	475
196.5. Dolo e culpa .....	476
196.6. Crime único e continuado .....	476
196.7. Inadimplência e estar em débito .....	477
196.8. Distribuir dividendos ou participar nos lucros .....	478
196.9. Objeto material e formal .....	478
196.10. Falsidade material e ideológica .....	479

197. Tipos de segurados .....	480
197.1. Trabalhador <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> .....	481
197.2. Empresário e empregador .....	481
197.3. Sócio-gerente ou cotista .....	482
197.4. Avulso e eventual .....	482
197.5. Autônomo e titular de firma individual .....	483
197.6. Urbano e rural .....	484
197.7. Diretor-empregado e não empregado .....	485
197.8. Eclesiástico e religioso .....	486
197.9. Empregado e temporário .....	486
197.10. Pessoa em experiência e em aprendizagem .....	487
198. Pensão por morte e auxílio-reclusão .....	488
198.1. Designação e inscrição .....	488
198.2. Direito patrimonial ou contributivo .....	489
198.3. Concorrência e pretensão incondicional .....	489
198.4. Esposa e companheira .....	490
198.5. Pensão alimentícia e previdenciária .....	491
198.6. Dependência total ou parcial .....	491
198.7. Desaparecimento ou ausência .....	492
198.8. Rateio e divisão .....	493
198.9. Dependente privilegiado e não privilegiado .....	494
198.10. Qualidade de segurado e de dependente .....	494
199. Base de cálculo da contribuição .....	494
199.1. Remuneração e salário .....	495
199.2. Indenização e ressarcimento .....	496
199.3. Pelo trabalho e para o trabalho .....	498
199.4. Salário em dinheiro e <i>in natura</i> .....	498
199.5. Remuneração e verba de representação .....	499
199.6. Férias fruídas e indenizadas .....	500
199.7. Gratificação ou prêmio .....	500

199.8. Diárias para viagem e ajuda de custo .....	501
199.9. Ajuda por transferência provisória ou definitiva .....	502
199.10. Participação nos lucros ou resultados .....	502
200. Previdência rural .....	503
200.1. Previdência urbana e rural .....	503
200.2. Atividade citadina rurícola .....	504
200.3 Titular de firma individual e segurado especial .....	504
200.4 Produtor pessoa física e jurídica .....	505
200.5 Produto rural e não rural .....	505
200.6 Contribuinte de fato e de direito .....	506
200.7 Contribuição pessoal e patronal .....	507
200.8 Indústria rural e caseira .....	508
200.9 Agroindústria e agrocomércio .....	510
200.10 Trabalhador urbano e rural .....	510
<b>Capítulo XX — Fator Previdenciário .....</b>	<b>513</b>
201. Fontes formais .....	513
202. Período básico de cálculo .....	514
203. Conceito mínimo .....	516
204. Fórmula matemática .....	517
205. Consequências mediatas .....	518
206. Resultados desejados pelo MPS .....	519
207. Perdas e ganhos .....	519
208. Exemplos do cálculo .....	520
209. Implantação gradual .....	521
210. Constitucionalidade da Lei n. 9.876/99 .....	523
<b>Capítulo XXI — Dano Moral .....</b>	<b>525</b>
211. Noção mínima .....	525
212. Conceito doutrinário .....	526
213. Conceito legal .....	528

214. Falso dano .....	530
215. Danos irreparáveis .....	532
216. Prejuízos inerentes .....	533
217. Autoria e responsabilidade .....	535
218. Pessoas jurídicas .....	536
219. Dano médico .....	537
220. Causas excludentes .....	538
<b>Capítulo XXII — Contagem Recíproca .....</b>	<b>540</b>
221. Fontes formais .....	540
222. Regimes envolvidos .....	540
223. Tempos computados .....	541
224. Tempo insalubre .....	541
225. Compensação financeira .....	541
226. Reciprocidade de tratamento .....	541
227. Documento oficial .....	541
228. Possibilidade de desaposentação .....	542
229. Propósito do cômputo .....	542
230. Devedor da obrigação .....	542
<b>Capítulo XXIII — Regime Especial .....</b>	<b>543</b>
231. Natureza jurídica .....	543
232. Clientela protegida .....	543
233. Alcance pecuniário .....	544
234. Ingresso facultativo .....	544
235. Técnica da filiação .....	544
236. Período de carência .....	544
237. Evento determinante .....	544
238. Renda mensal .....	544
239. Ingresso no RGPS .....	545
240. Plano de benefícios .....	545

<b>Capítulo XXIV — Previdência do Servidor</b> .....	546
241. Introdução .....	546
242. Regime próprio .....	546
243. Conceito de servidor .....	546
244. Normas de superdireito .....	547
245. Limite de valor .....	547
246. Cálculo dos proventos .....	547
247. Fórmula 95 .....	547
248. Contribuição dos inativos .....	548
249. Prestações previstas .....	548
250. Complementação pública .....	548
<b>Capítulo XXV — Flexibilização do SAT</b> .....	549
251. Introdução .....	549
252. Conceito de flexibilização .....	549
253. Âmbito da acidentalidade .....	549
254. Período básico de cálculo .....	550
255. Cálculo do FAP .....	550
256. Custo da frequência .....	550
257. Custo da gravidade .....	551
258. Custo das prestações .....	551
259. Segmento econômico .....	551
260. Contestação empresarial .....	551
<b>Capítulo XXVI — Nexo Epidemiológico</b> .....	552
261. Conceito doutrinário .....	552
262. Fontes formais .....	552
263. Nexo causal .....	552
264. Acidente do trabalho .....	552

265. Doenças ocupacionais .....	553
266. Moléstias não ocupacionais .....	553
267. Perícia médica .....	553
268. Consequências jurídicas .....	553
269. Contraprova patronal .....	554
270. Deontologia jurídica .....	554
<b>Capítulo XXVII — Destino do Superávit .....</b>	<b>556</b>
271. Reserva de contingência .....	557
272. Reserva especial .....	557
273. Redução das contribuições .....	557
274. Tipo do plano .....	557
275. Equilíbrio financeiro .....	558
276. Plano deficitário .....	558
277. Soluções aconselhadas .....	558
278. Vontade do legislador .....	559
279. Direito procedimental .....	560
280. Gestão dos planos .....	560
<b>Capítulo XXVIII — Retirada de Patrocinadora .....</b>	<b>562</b>
281. Concepção técnica .....	562
282. Natureza jurídica .....	563
283. Sujeitos da relação .....	563
284. Características básicas .....	563
285. Distinções necessárias .....	564
286. Pressupostos operacionais .....	565
287. Caminhos alvitados .....	565
288. Definição dos compromissos .....	566
289. Consequências práticas .....	566
290. Aspectos jurídicos .....	566

<b>Capítulo XXIX — Meios de Prova</b> .....	568
291. Conceito doutrinário .....	568
292. Hierarquia das provas .....	568
293. Modalidades válidas .....	569
294. Classificação didática .....	569
295. Características básicas .....	570
296. Tipos de demonstrações .....	571
297. Natureza jurídica .....	572
298. Regras interpretativas .....	572
299. Presunções acolhidas .....	572
300. Recomendações finais .....	573
<b>Capítulo XXX — Desaposentação</b> .....	574
301. Introdução do tema .....	574
302. Conceito elementar .....	574
303. Direito à renúncia .....	575
304. Objetivo do requerente .....	575
305. Pressupostos lógicos .....	575
306. Características básicas .....	576
307. Modalidades adotadas .....	576
308. Prestações renunciáveis .....	576
309. Consequências institucionais .....	576
310. Doutrina e jurisprudência .....	577
<b>Capítulo XXXI — União Homoafetiva</b> .....	578
311. Ação Civil Pública .....	578
312. Idealização constitucional .....	578
313. Conceito mínimo .....	578
314. Características básicas .....	579



315. Direito dos conviventes .....	581
316. Dependência econômica .....	581
317. Pensão por morte .....	582
318. Auxílio-reclusão .....	582
319. Provas da união .....	582
320. Relações instáveis .....	583
<b>Capítulo XXXII — Participação nos Lucros ou Resultados .....</b>	<b>584</b>
321. Introdução do tema .....	584
322. Conceito de PLR .....	584
323. Idealização doutrinária .....	585
324. Disciplina constitucional .....	585
325. Incidência de contribuição .....	586
326. Requisitos básicos .....	587
327. Exigências legais .....	588
328. Aspectos formais .....	590
329. Representação sindical .....	590
330. Distinção do bônus .....	591
<b>Capítulo XXXIII — Direito dos Idosos .....</b>	<b>593</b>
331. Escopo fundamental .....	594
332. Delimitação da clientela .....	594
333. Pretensão do cidadão .....	594
334. Defesa civil e moral .....	594
335. Prestação alimentar .....	595
336. Previdência social .....	595
337. Assistência social .....	595
338. Direito à saúde .....	595
339. Assistência judiciária .....	595
340. Crimes em espécie .....	595

<b>Capítulo XXXIV — Súmula Vinculante STF n. 4</b> .....	596
341. Preceito dispositivo .....	596
342. Motivação doutrinária .....	596
343. Casos previstos .....	597
344. Conceito de salário mínimo .....	597
345. Indexador adequado .....	597
346. Significado da “vantagem” .....	598
347. Destinatários da norma .....	598
348. Renda mínima .....	598
349. Substituição judicial .....	598
350. Mínimo previdenciário .....	599
<b>Capítulo XXXV — Decadência e Prescrição</b> .....	600
351. Introdução do tema .....	600
352. Distinções imprescindíveis .....	601
353. Posição da LOPS .....	602
354. Súmula Vinculante .....	603
355. Pensamento doutrinário .....	603
356. Consequência dos cinco anos .....	604
357. Distinção Constitucional .....	605
358. Justiça do Trabalho .....	605
359. Período fisicamente exigível .....	606
360. Destino dos Recursos .....	608
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	611
<b>Obras do autor</b> .....	617